

As relações de poder que permeiam o Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa-PB (PIVAS)

The power relations that permeate the Irrigated Perimeter Várzeas de Sousa-PB (PIVAS)

Las relaciones de poder que permean el Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa-PB (PIVAS)

Adriana Salviano de Andrade

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: adrianasalviano18@gmail.com

Érika Lira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2812-6265>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: erikaliradasilva@gmail.com

Maria do Rosário Cavalcante Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4561-9179>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: m.rosariocavalcante@gmail.com

Edivânia Maria de Melo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: edivaniameloadm@gmail.com

Maria Cliucia Medeiros Bezerra da Silva Sousa

Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

E-mail: cliuciamedeiros@hotmail.com

Ingrid Lelis Ricarte Cavalcanti

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: ingrid_lelis@hotmail.com

Recebido: 15/12/2018 | Revisado: 16/12/2018 | Aceito: 20/12/2018 | Publicado: 21/12/2018

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a política pública da criação do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS) e a relações de poder que envolvem camponeses e empresários. O PIVAS está localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba, caracterizando como um projeto de grande importância socioeconômico para a região, adotando a tendência dos novos espaços

produtivos regionais, constituindo uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba em conjunto com o poder político local com a finalidade de dinamizar as atividades agrícolas e agroindustriais no sertão do Estado. A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico com base na literatura sobre políticas públicas, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A partir do que foi relatado pode-se constatar que o projeto que inicialmente seria voltado para a produção empresarial, foi distribuído entre camponeses, que acabaram se adequando a ideia do agronegócio imposta pelo modelo empresarial.

Palavras-chave: Políticas públicas; PIVAS; Agricultura familiar.

Abstract

This article aims to analyze the public policy of the creation of floodplains Irrigated Perimeter Várzeas de Sousa-PB (PIVAS) and power relations involving farmers and entrepreneurs. The waterbuck is located between the municipalities of Sousa and Aparecida, in the middle region of the Hinterland of the State of Paraíba, featuring as a major socio-economic importance of the project for the region, adopting the trend of new regional production areas, constituting an initiative of the State Government Paraíba in conjunction with the local political power in order to boost agricultural and agro-industrial activities in the State of the hinterland. The methodology was a bibliographical study based on literature on public policies, with qualitative and descriptive approach. From what has been reported it can be seen that the project would initially focused on business production was distributed among peasants who ended up adapting the idea of agribusiness imposed by the business model.

Keywords: Public policies; PIVAS; family Agriculture.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar la política pública de la creación del Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS) y las relaciones de poder que involucra a campesinos y empresarios. El PIVAS está ubicado entre los municipios de Sousa y Aparecida, en la mesorregión del Sertão del Estado de Paraíba, caracterizando como un proyecto de gran importancia socioeconómica para la región, adoptando la tendencia de los nuevos espacios productivos regionales, constituyendo una iniciativa del Gobierno del Estado de la Paraíba en conjunto con el poder político local con la finalidad de dinamizar las actividades agrícolas y agroindustriales en el sertão del Estado. La metodología utilizada fue un estudio bibliográfico con base en la literatura sobre políticas públicas, con abordaje cualitativo y carácter descriptivo. A partir de lo que se ha reportado se puede constatar que el

proyecto que inicialmente se dirigía a la producción empresarial, fue distribuido entre campesinos, que acabaron adecuándose a la idea del agronegocio impuesta por el modelo empresarial.

Palabras clave: Políticas públicas; anfílopes acuáticos; Agricultura familiar.

1. Introdução

A agricultura é uma das atividades mais essenciais para o ser humano desde que deixou de viver apenas de caça e pesca, e passou a cultivar seu próprio alimento. As práticas de manuseio agrícola foram passadas de geração em geração, sem muitas mudanças ou inovações. Os camponeses sempre foram figuras marcantes no convívio com a terra, de onde retiram mais que seus alimentos, retiram sua renda, sua dignidade.

Junto com o século XX vieram as inovações tecnológicas, a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, as mudanças acabaram chegando ao campo. O trabalho humano foi em muitos casos substituído pelas máquinas, e assim, os pequenos agricultores e camponeses foram perdendo espaço no cenário agrícola para o agronegócio.

Porém, a classe camponesa passou a lutar pela conquista do acesso a terra, e aos meios necessários para sobreviverem da atividade agrícola. Os movimentos sociais no campo trouxeram ao foco a questão agrária, e a perspectiva da importância da existência do pequeno agricultor e da agricultura familiar para produção agrícola brasileira.

Algumas políticas públicas foram desenvolvidas no sentido de fortalecer e dar condições para que esses trabalhadores rurais continuem a cultivar a terra. São exemplos de conquistas sociais os assentamentos rurais, frutos da Reforma Agrária, e o Pronaf, dentre outros. Porém, nem sempre os pequenos agricultores são os mais favorecidos com essas políticas, restando a classe camponesa reivindicar seus direitos e lutar por melhorias.

É com base nessa temática que este artigo tem como proposta uma revisão de literatura acerca do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa- PB (PIVAS), objetivando analisar as relações de poder que permeiam o processo de institucionalização do PIVAS, desde a sua idealização até os dias de hoje, na perspectiva de que seria necessária a elaboração e execução de políticas públicas, que venha a garantir o desenvolvimento sustentável local.

2. Referencial teórico

2.1 O capitalismo e as mudanças no campo

No decorrer da história, a agricultura teve uma evolução tradicional e lenta, isso devido à demora em absorver inovações para suas atividades de produção. Esse processo se tornou lento devido ao sistema agrícola tradicional ter vivido muito tempo com base em experiências de agricultores, que realizavam suas atividades e interagiam com o ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico (SAMPAIO, 2011).

Com a modernização e a expansão do capitalismo em todo o mundo, as regras vigentes passaram a ser o capital financeiro global. Nas atividades agrícolas, as diversas etapas dos negócios começaram a ser controladas por corporações transnacionais, que passaram a atuar cada vez mais nas etapas de produção, processamento, pesquisas e difusão de biotecnologia, e no setor alimentício. Esse movimento de expansão da agricultura capitalista gerou uma nova fase de modernização da agricultura no país, ficando conhecida como agonegocio. (RIBIRO E CLEPS JÚNIOR, 2011).

Dessa forma, a modernização das atividades agrícolas não operou no sentido de transformar latifundiários em empresários capitalistas, mas, é possível afirmar que houve o contrário, acabou por transformar os capitalistas industriais e urbanos em latifundiários, onde estes se tornaram os maiores proprietários de terra no Brasil. Esse processo de mudanças marca o meio rural brasileiro e a atividade agrícola nacional, gerando assim um novo cenário, que compreende também subordinações, resistências no campo e respostas dos trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas (OLIVEIRA, 2001a; RIBIRO E CLEPS JÚNIOR, 2011).

Segundo Carlotto e Atiyel (2014), o capitalismo dificulta a concretização dos Direitos Humanos, além de contribuir para o que os autores chamam de “esquecimento social do campo”, já que se apropriam da construção das cidades, ocasionando o direcionamento da centralidade econômica para o meio urbano, e este passa a ser visto como o centro da produção. Dessa maneira, as políticas públicas foram sendo direcionadas para as cidades, de maneira a atender as necessidades do capital.

Segundo esclarece POCHMANN (2016, p. 19):

[...] a constituição do poder capitalista não se limita apenas ao âmbito econômico das relações de produção e da divisão social do trabalho. Estende-se também às forças materiais e ideologias que relacionam formas de coerção e persuasão no interior da disputa pela hegemonia na condução do desenvolvimento capitalista.

A problemática envolvendo a questão da terra é uma realidade presente em todo o país, já que os avanços técnicos, além de possibilitar maior produtividade, também trouxeram a intensificação dos conflitos no campo, na busca pela conquista dos direitos da classe camponesa e agricultores (OLIVEIRA, 2001a).

2.2 Mobilização social no campo

Como parte de toda conquista, a luta pelos interesses comuns é de total importância para a efetivação dos benefícios almejados. Muitas das políticas públicas existentes são fruto das manifestações das classes interessadas, formando assim os movimentos sociais. As lutas históricas que permeiam as relações sociais estimulam a conquista dos Direitos Humanos, e esta se mostra estritamente ligada à necessidade de serem criados mecanismos e ações práticas que possam solucionar as necessidades geradas no conflito (CARLOTO E ATIYEL, 2014).

Se analisarmos o decorrer da história de cada sociedade, é possível perceber que em cada momento histórico foi desencadeado um tipo de luta e resistência, de acordo com as necessidades e interesses envolvidos. Os direitos conquistados através dessas lutas foram e ainda são até hoje implementadas de diferentes maneiras, com intensidades diferentes, de acordo com cada realidade local existente (CADONÁ, 2004; CARLOTO E ATIYEL, 2014).

As diversas dificuldades que passaram a ser enfrentadas pelos pequenos agricultores tais como: baixos preços para os produtos, crédito rural insuficiente, concentração fundiária, subordinação da renda da terra ao capital, reforçaram a luta pelos direitos da classe camponesa (SAMPAIO, 2011).

Conforme explicam Brito e Peripolli (2017, p. 48) uma conclusão a qual podemos chegar sobre o desenvolvimento do modelo capitalista no meio rural é que:

[...] a modernização da agropecuária, com a introdução de novas tecnologias, vem fazendo com que, cada vez mais, a diferença entre uma indústria e um empreendimento agrícola capitalista moderno praticamente deixe de existir. Portanto, o trabalho em grandes empreendimentos agrícolas está cada vez mais parecido com o de uma fábrica. É interessante observarmos que toda revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas, no setor agropecuário no Brasil, está voltada a atender os interesses do capital, ou seja, das classes dominantes produtora de monoculturas, grãos e gado –a burguesia rural; e da indústria produtora de máquinas e insumos –a burguesia urbana.

Os camponeses, pequenos agricultores e demais trabalhadores rurais, por não se verem incluídos nessa nova etapa de modernização técnica da agricultura, e muitas vezes verem seu trabalho ser explorado, iniciaram uma luta para alcançar seus direitos, e seu espaço nesse novo contexto social no campo, em uma luta que se caracteriza por duas frentes: entrar na terra e tornar-se proprietário; e, em outra frente, para permanecer na terra produzindo alimentos fundamentais à sociedade brasileira. (SAMPAIO, 2011; CADONÁ, 2004; OLIVEIRA, 2001).

É notório destacar o Movimento das ligas camponesas, nos anos 50 e 60 do século XX, que movimentaram o campo nordestino e chegaram a ganhar destaque nacional, porém muitas de suas lideranças foram assassinadas, em um período muito violento. A problemática agrária teve enfoque nas décadas de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, como resposta às políticas públicas para o campo que favoreciam apenas o agronegócio, o que desencadeou o crescimento dos movimentos sociais no campo (SAMPAIO, 2011).

No Brasil, podemos tomar como exemplo de organizações de mobilização social no campo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). O MST é a organização que mais se destaca, e faz parte da luta do campesinato brasileiro, podendo ser considerado o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional, com forte atuação e grandes conquistas em nosso país. (RIBEIRO E CLEPS JÚNIOR, 2011).

Os acampamentos e assentamentos rurais são novas formas de luta pelo direito à terra livre e ao trabalho livre, sustentados pelo componente contemporâneo: a luta pela Reforma Agrária. Nesses locais, camponeses, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, encontram apoio e firmam alianças, e mais do que isso, a ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para esses trabalhadores. Para essas pessoas, a conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista da cidadania (OLIVEIRA, 2001).

2.3 A agricultura familiar

Diante desse contexto é possível entender que esses processos de luta social e política realizadas pelas organizações representativas de camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais realçam ainda mais essa problemática no cenário agrário, que são as disputas e conflitos por terra, por espaço, que se configuram entre a forma de produção do agronegócio e da agricultura familiar. (RIBEIRO E CLEPS JÚNIOR, 2011).

No Brasil, a força de trabalho familiar tem demonstrado cada vez mais um papel muito importante no cenário de produção de alimentos, e vem crescendo numericamente de modo expressivo. Os agricultores familiares são grandes fornecedores de alimentos para o mercado interno no país. O conceito de agricultura familiar é bastante utilizado na academia e no senso comum, mas é importante ressaltar que existem critérios para se considerar esse modo de produção. (OLIVEIRA, 2007; SAMPAIO, 2011). De acordo com o Artigo 3º da Lei 11.326/2006, a agricultura é considerada familiar, quando atende aos seguintes quesitos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, foram identificados 4.366.267 estabelecimentos que atendem aos requisitos para agricultura familiar, valor que representa 84,36% dos estabelecimentos brasileiros, e que ocupam uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. É válido destacar ainda que dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares pesquisados, 3,2 milhões destes eram os proprietários da terra onde produzem, o que representa 74,7% dos estabelecimentos familiares visitados (IBGE, 2010).

A produção agrícola familiar é responsável por grande parte da produção de grãos do país, tais como: 69,6% da produção de feijão; 45,5% do milho; 38% do café; 33% do arroz (IBGE, 2010). Esses valores reforçam a importância dessa atividade e que estes pequenos produtores necessitam de valorização e de mais incentivos, além de capacitação, para que essas famílias continuem a retirar da terra sua renda, e ajudar no crescimento do país, e possibilitando assim, mais um elo na busca pelo desenvolvimento sustentável.

2.4 Políticas públicas

As políticas públicas exercem papel importante, na administração pública, sendo através delas que os governantes podem promover medidas para a solução de problemas

enfrentados na sociedade. Dessa forma elas são essenciais diante de uma gestão pública. Assim políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações e decisões, elaboradas pelo governo, com o objetivo de solução dos problemas da sociedade, portanto são através destas ações, metas e planos que os governantes determinam para alcançar e resolver as prioridades de todos. (SEBRAE/MG, 2008).

Sousa (2006), traz a visão de alguns autores sobre o conceito de políticas públicas, no qual definem como o campo da política que analisa o governo relacionado a questões públicas. Também como sendo um conjunto de ações provenientes do governo que produzem efeitos específicos (LYNN 1980; MEAD 1995).

Conforme Trevisan e Bellen (2008), na década de 1980 houve uma expansão na política pública, estimulada pela mudança democrática. Sendo três os motivos para esse fato ocorrer. Em primeiro lugar, envolve o deslocamento na agenda pública, que anos 1970, passou por uma estruturação com relação as questões referentes ao modelo brasileiro de desenvolvimento, no qual a discussão abordava apenas aos conflitos relacionados a ação do governo. Em segundo lugar, os estudos em políticas públicas foram fortalecidos, decorrente das ideias contrárias relacionado ao estado no qual levou a efetivação das políticas públicas. Em terceiro lugar, a propagação internacional do conceito de reforma do Estado passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980 a 1990, o provocando a um desenvolvimento de estudos de políticas públicas.

2.4.1 Política pública na Agricultura familiar

Segundo Schröder (2010), O termo agricultura familiar passou a ser introduzido no Brasil através dos textos acadêmicos e pela atuação política dos agricultores junto às organizações de representação, e pelas políticas públicas, a partir da década de 1990, sendo referência para de pesquisas científicas, além de categoria sindical ou profissional, que orienta um conjunto de ações e propostas dos sindicatos e de outras organizações de representação social dos agricultores.

No entanto a política pública voltada para o meio rural no Brasil passou a ser praticada a partir dos anos 1970, sendo a política de financiamento rural, atingindo uma pequena parcela reduzida de beneficiários. O acesso dos agricultores familiares ao crédito rural no Brasil tem se tornado tema de vários trabalhos acadêmicos, além de fazer parte dos movimentos sociais do meio rural. (SCHRÖDER, 2010).

Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (JUNQUEIRA E LIMA, 2008).

De acordo com Shoroder (2010), A agricultura familiar brasileira passou de um processo de distinção social intenso com a consolidação do modelo de desenvolvimento que resultou da modernização da agricultura, que ocorreu na década de 1960. No entanto, Manteve uma representação na agropecuária brasileira sendo constituído por 84% dos estabelecimentos agropecuários e 74% do pessoal ocupado na agricultura, gerando emprego e renda que estimular o desenvolvimento rural criando condições para a estabilidade das populações rurais em seu ambiente tradicional.

Junqueira e Lima (2008), Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil requerem políticas públicas necessárias, para estes pequenos empreendimentos produtivos, e que promovam a fixação e a estabilidade.

Segundo Silva (2012), a partir do ano 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os produtores familiares rurais conseguiram um programa voltado para o benefício de todos. O PRONAF surgiu através do resultado de várias reivindicações de trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que beneficiassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Com isso, o PRONAF alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, concretizando como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil.

Silva (2012), baseado em Abramovay (2006), afirma que a valorização da agricultura familiar no país foi fundamentada com base em de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de vários estudos e pesquisas que permitiram um conhecimento aprofundado da agricultura familiar no país, avaliando sua importância socioeconômica. O segundo plano é relacionado às políticas públicas, levando em consideração do PRONAF e a ativação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Estas políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a para muitas famílias. No plano social, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças que batalham pela viabilidade econômica da produção familiar.

3. Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa consiste numa discussão acerca da política pública de criação do Perímetro irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS). Para tanto, foi realizado um levantamento teórico sobre os assuntos que rodeiam o tema, e posteriormente feita uma discussão sobre as informações analisadas.

Metodologicamente, a pesquisa pode ser considerada exploratória, uma vez que procura reunir informações e investigar sobre o tema proposto, como explicam os autores Prodanov e Freitas (2013) sobre esse tipo de pesquisa, onde afirmam que esta possui por objetivo proporcionar mais informações sobre o assunto que se pretende investigar, viabilizando sua definição e seu delineamento, ou, em outras palavras, facilita a delimitação do tema da pesquisa; orienta a formulação das hipóteses, além de oportunizar um novo tipo de enfoque para o assunto estudado.

A abordagem da metodologia foi conduzida através do enfoque qualitativo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, buscando analisar, dentro da proposta de “políticas públicas”, as contribuições que esse estudo pode permitir.

4. Resultados da pesquisa

4.1 Projeto PIVAS: discursões sobre seu surgimento

O Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS) localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba, é um projeto de grande importância socioeconômico para a região. De acordo com Silva, et al. (2015), o PIVAS adotou a tendência dos novos espaços produtivos regionais, o qual se constitui num empreendimento de iniciativa do Governo do Estado da Paraíba em conjunto com o poder político local com a finalidade de dinamizar as atividades agrícolas e agroindustriais no sertão do Estado.

De acordo com Farias (2010) o projeto foi idealizado desde a década de 1950, pelo Governo Federal e Estadual para impulsionar a economia nacional e o desenvolvimento das regiões que se encontravam atrasadas, bem como, aquelas atingidas pela seca.

O entendimento era de que o Nordeste precisava passar por uma reestruturação na sua base produtiva, bem como em seus meios tecnológicos para superar os antigos problemas

estruturais trazidos pelas secas anuais. E, foi pensando nisso, que o Governo Federal cria em 1934 o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na tentativa de combater as secas, e posteriormente, cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em 1959, com a missão de realizar as ações de assistência aos flagelos da seca. A questão no momento seria “transformar os espaços que estão fora das rotas de mercado em espaços atrativos para o capital externo” (FARIAS, 2010, p. 27). É nesse contexto de modernização do Nordeste que surge a ideia da criação do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa.

No final da década de 1990 o projeto foi oficializado. Segundo Silva et. al. (2015), em 2007 as Várzeas de Sousa ganha notoriedade em virtude da implantação do modelo de agricultura científica, de caráter empresarial, voltado para a produção de grãos e de fruticultura irrigada para a exportação.

É nesta perspectiva que os discursos de desenvolvimento em torno do processo de modernização na base de produção e de tecnologia na agricultura vão ganhando cada vez mais a atenção das políticas públicas e privada na região. Desse modo, Farias (2010, p. 43-44) aborda que, o município de Sousa se insere dentro de um novo discurso sobre o aproveitamento hídrico e também sobre as novas rotas da economia regional motivadas pela expansão do meio técnico-científico-informacional no interior do semiárido nordestino. Maia (2010), por sua vez, vai dizer que essa inovação vai ser caracterizada pela aplicação da ciência e da técnica, que seria repleta de informações, por isto a junção dos nomes “técnico-científico-informacional”.

Assim, Santos (1997, p. 191) explica que, com a expansão do meio técnico-científico-informacional, os espaços vão sendo requalificados para atender aos interesses da cultura, da política, e, sobretudo, da economia mundial, se incorporando a era global.

Corroborando com essa ideia, Santos e Silveira (2008), enfatizam que, na agricultura, essas inovações técnicas e organizacionais contribuem para criar um novo uso do tempo e da terra, na medida em que a velocidade da circulação de produtos e informações, e também a disponibilidade de crédito, como também o encurtamento dos ciclos vegetais, na perspectiva atual da exportação, contribuirão para a apreensão de dados, permitindo com que a natureza seja reinventada e modificada.

No PIVAS, a modernização da agricultura vai ocorrer pela necessidade de impor ao campo um tipo de agricultura voltada para o mercado. Os projetos federais, nesse sentido, vão se refletir em torno do paradigma da irrigação, no intuito de transformar a agricultura

tradicional familiar, em uma agricultura mais moderna, científica e global, voltada para atender as exigências empresariais e de mercado (FARIAS, 2010, P. 43).

Da mesma forma, Malvezzi (2007, p. 67), em sua obra “*Semi-Árido: Uma visão holística*” vai apontar para essa nova visão modernizada da agricultura, que cada vez mais, está se tornando uma tendência a ser seguido pelo meio político. Portanto, o que se avança agora é o poder do agronegócio e do hidronegócio, se referindo à agricultura irrigada como um caminho alternativo para o crescimento e sucesso dos negócios, embora, isso represente a força crescente do poder mais agressivo e impessoal, vinculado ao capital internacional e a indústria de exportação.

Em relação à implantação do projeto hidroagrícola para as Várzeas de Sousa, podemos constatar nos dados técnicos da Superintendência Estadual de Planejamento (SUPLAN) em um estudo preliminar do traçado do Canal Coremas/Mãe d’ Água para o projeto, revela que as obras iniciais para a construção da Barragem foi iniciada desde 1939-1942. Já a Barragem de Mãe d’Água foi concluída em 1958. O objetivo previsto no projeto era a regularização do baixo Açu e a irrigação das Várzeas de Sousa. Depois de estudos realizados, o DNOCS concluiu que a alternativa viável para levar as águas de Mãe d’ Água para a cidade de Sousa, seria a construção de um “canal” que conduziria a água por gravidade até o perímetro (SUPLAN, S. d.).

Somente em 1995, com o propósito de resolver o problema da água para irrigação, que o então Governador da época Antônio Mariz, determinou que fosse feita a licitação da obra, o que aconteceu em outubro de 1995, quarenta e seis anos após a construção da barragem de Coremas. Em 1996 foi autorizado o início das obras na cidade de Sousa, já pelo Senhor Governador José Maranhão. Desse modo, o Canal da Redenção foi construído entre 1997-2002, com o objetivo de levar água ao Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa para promover o desenvolvimento da economia local da região (SUPLAN, S. d.).

A responsabilidade da gestão das águas do Canal da Redenção é feita pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs), que é vinculada à Secretária de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia (SEMARH), enquanto que a gerência do Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa ficaria sendo de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP) através da Coordenadoria de Irrigação (FARIAS, 2010).

Inicialmente, o projeto se estendia por 973 hectares, no qual 178 produtores rurais foram instalados. Entre eles, 98 irrigantes foram selecionados por meio da linha de financiamento ou Projeto de Combate à Pobreza rural; 60 por meio do Projeto *Nossa Primeira*

Terra e 20 por meio do Projeto Consolidação da Agricultura Familiar. Foram entregues 178 lotes de terras, todos demarcados e divididos pelo INTERPA, com a assessoria técnica da EMATER-PB, a Secretária da Agricultura e a Secretaria da Infraestrutura do Estado. (PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, S.d., p. 16).

Com relação ao valor da obra, Farias (2010), afirma que mais de 250 milhões de reais foram gastos desde o início da construção, sem contar os valores que foram desviados, sendo esse o motivo que motivaram a paralização das obras no ano de 2002. Segundo o mesmo estudo, os recursos no projeto foram provenientes principalmente, do Ministério da Integração Nacional e do Programa de Aceleração do Crescimento – (PAC), além dos recursos do Banco do Nordeste e BNDS disponibilizados aos pequenos produtores do PIVAS para financiamento da produção.

Tendo em vista a condição para se instalarem na área, os camponeses foram, obrigatoriamente, postos a se associados ao Distrito de Irrigação (DPIVAS) tendo a atribuição de pagar uma tarifa de água mensalmente, bem como a realização da administração, operação e manutenção da infraestrutura coletiva, como: canal, construções civis e equipamentos. (PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, S. d, p. 14).

De acordo com Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (2014), hoje o PIVAS compreende uma área total de 6.335,74 ha, sendo que 4.391,1 há, é de área irrigável. O mesmo está dividido atualmente, em 19 lotes empresariais, 178 lotes para pequenos produtores, 141 lotes para famílias assentadas pelo INCRA, e por final, 3 lotes destinados para pesquisa/experimentação da Emepa e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa, atual Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

4.2 Entendendo as contradições do projeto PIVAS

No decorrer do processo de iniciação e conclusão do PIVAS, o projeto veio a se apresentar como um espaço de possibilidades e ao mesmo tempo de contradições. Contradições, na medida em que passou por algumas mudanças no decorrer do seu processo de execução. Neste sentido, Farias (2010) aborda que, a proposta pensada inicialmente seria promover o desenvolvimento da região por meio de um sistema de agricultura irrigada de fruticultura, que posteriormente viesse a satisfazer os interesses e as exigências empresariais e de mercado para exportação.

O fato é que, o projeto inicial seria mais voltado para beneficiar os interesses da classe empresarial, bem como do próprio Estado que tiraria proveito disso, através do agronegócio.

No entanto, o que foi percebido é que tais interesses batiam de frente com os interesses da maioria, ou seja, das classes camponesas, de pequenos agricultores, que além de serem desapropriados de suas terras pelo governo da Paraíba, foram deixados de fora desse processo.

Desse modo, o PIVAS é considerado,

[...] uma área que desperta cobiça principalmente pelas características ambientais favoráveis à fruticultura irrigada, e por ser um dos pontos fortes da política de desenvolvimento econômico local e instrumento de manipulação política. A construção de um território, representado pelo acampamento, onde a sua lógica de reprodução identitária deveria contrapor-se à lógica e aos interesses políticos e empresariais, nos força a enxergar uma reorganização do espaço compreendido pelo Pivas. Portanto, entram em conflito os pontos de vista do capitalismo trazido pelo agronegócio exportador e a necessidade da conquista da cidadania pela afirmação da identidade camponesa, em que sair vencedores ou perdedores desse embate será resultante direto da resistência de uns e cansaço de outros. (FARIAS, 2010, p. 61).

Assim, os novos sujeitos que foram excluídos do processo de criação do Projeto Várzeas de Sousa começaram a agir e a se organizar, através de organizações (tais como: comissões, sindicatos, associações, cooperativas, de pequenos produtores e organizações não governamentais – ONGS de assessoria e apoio), passando a reivindicar melhores condições de vida e a posse da terra, o que resultou num conflito de correlações de forças. E, um dos resultados desse processo foi o fortalecimento do Movimento Sem Terra – (MST), impulsionado pelo esforço de todas as famílias expropriadas.

Deste modo, acampamentos foram levantados, o que significou naquele momento, segundo Farias (2010, p. 54), um comportamento estratégico de resistência para permanecer na terra. Em 2004, ocorreu a primeira ocupação nas margens do projeto, onde cerca de 400 famílias realizaram o fechamento da BR-230, entre os municípios de Sousa e Aparecida. Os manifestantes reivindicavam a reforma agrária na área destinada ao PIVAS, paralisada pelo Tribunal de Contas da União – (TCU) e ao mesmo tempo, a utilização das águas do Canal da Redenção para a agricultura, o que gerou repercussão em todo Estado.

Percebe-se, então que na medida em que as pessoas expropriadas começam a se mobilizar, iniciam as contradições do conflito entre os interesses de empresários e camponeses, o que fez com que a ideia original do PIVAS fosse repensada.

5. Conclusões

O resultado dessa luta se deu com a inserção dos camponeses no projeto, porém, tiveram que se adequar ao novo modo de produção voltado para o mercado, alinhando-se a

ideia do agronegócio imposta pelo modelo empresarial, o que ocorreu em 2009, com o fim dos acampamentos pelo Governador na época, José Targino Maranhão, através da “Concessão Real de Uso das Terras” ao INCRA, que permitiria assentar as famílias em um distrito de irrigação, hoje conhecido por Centro Gerencial do Distrito de Irrigação (DPIVAS).

E, segundo Farias (2010), “a aceitação por parte dos camponeses surge como uma estratégia de conquista da terra”. E, mesmo se submetendo a essa determinação, os camponeses procuraram preservar seus interesses de luta, sendo eles, terra para moradia, trabalho e autonomia de produção familiar.

O agronegócio como um problema inicialmente a ser combatido, hoje, é visto como um aliado ao lado da agricultura familiar como um modelo de parceria, contribuído, acima de tudo para o fortalecimento da autonomia social e econômica da localidade.

Pelo exposto, a mobilização das populações locais, no sentido de lutar pela terra, para permitir o alcance do seu desenvolvimento sustentável via agricultura familiar e, ainda, pelo fortalecimento de sua participação nesse processo político, na condição de protagonista, foi um dos principais fatores para que o PIVAS fosse repensado. Deste modo, Silva, et. al. (2015) finaliza dizendo que, [a inserção no projeto Várzeas de Sousa significou], principalmente, geração de emprego e renda na melhoria da qualidade de vida dos irrigantes no perímetro.

Portanto, acreditamos que as mudanças só ocorreram devido à flexibilidade das correlações de forças. Sendo assim, um dos pontos importantes nesse estudo, é a construção da relação entre produtores e empresários, partindo do pressuposto de que para tornar possível a concretização das metas e ações para o alcance do desenvolvimento sustentável, foi preciso que se construísse uma relação mais flexível e mais aberta a negociações. Para tanto, a ideia é de que é preciso que sejam rompidas as barreiras da hierarquia política, como meio para que as mudanças aconteçam efetivamente.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 11.326, De 24 de Julho de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 18 fev. 2018.

BRITO, Flavia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. **REVISTA NERA** – ANO 20, Nº. 40 – SETEMBRO/DEZEMBRO DE 2017.

CADONÁ, Célio Valdemar. movimento dos pequenos agricultores – MPA o novo nasce das estradas. **Dissertação**. UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RGS – UNIJUÍ, RS, 2004.

CARLOTO, Andréa Fão; ATIYEL, Carima. **Políticas sociais no meio rural: a conquista do programa nacional de habitação rural**. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Públicas 18 a 15 setembro de 2014 - Unioeste-Toldo, PR.

FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no projeto de irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba. **Dissertação** (Mestrado) – UFPB/CCEN, João Pessoa: s.e. 2010.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em 16 fev 2016.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

MAIA, Lucas. **O conceito de meio técnico científico informacional em Milton Santos e a não-visão da luta de classes**. Porto Alegre - RS, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Adriana/Downloads/download\(1394\).PDF](file:///C:/Users/Adriana/Downloads/download(1394).PDF)> Acesso em: 18 mar. 2018.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43), 2001. São Paulo Sept./Dec. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PERÍMETRO IRRIGADO VÁRZEAS DE SOUSA. (Cartilha Informativa). Sousa – PB, 2014.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. **In: Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]**. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 16-64, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO. **Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa** – Primeira Etapa de Implantação. Cartilha – Paraíba, S.d.

SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

RIBEIRO, Raphael Medina; CLEPS JUNIOR, João. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária** v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. **Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea**. XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 25 al 29 de Julio del 2011- Universidad de Costa Rica - Universidad Nacional, Costa Rica.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SILVA, Francisco Tales da, et al. Perfil dos Agricultores do Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa-PB. **INTESA – Informativo Técnico do Semiárido – Revista**. Pombal-PB, v.9, n 2, p 21-24, Jun – Dez , 2015.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG**. IPEA - Brasília, Janeiro, 2012. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view... Acesso em : 21/02/2018.

SCHRÖDER, Mônica. **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf**. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman.... Acesso em: 15 fev 2018.

SUPLAN – Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado. **Canal Coremas/Mãe d' Água – Sousa**. (Documento). Paraíba-PB, João Pessoa, s.d.

TREVISAN, Andrei Pittol; Bellen, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP – Revista de administração Pública**. Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008.